

BANCO CACIQUE

SOCIÉTÉ GÉNÉRALE GROUP

Rua Boa Vista, 254, 10º andar - São Paulo - SP

BANCO CACIQUE S/A

CNPJ Nº 33.349.358/0001-83

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas: A Administração do Banco Cacique S.A. submete à apreciação de V.Sas., as Demonstrações Financeiras individuais, acompanhadas do respectivo relatório dos Auditores Independentes, relativas aos semestres findos em 30 de junho de 2017 e de 2016. São Paulo, 15 de agosto de 2017.

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 30 DE JUNHO DE 2017 E DE 2016 - (em milhares de reais)

ATIVO				PASSIVO			
	Nota	2017	2016		Nota	2017	2016
CIRCULANTE		251.581	321.262	CIRCULANTE		8.621	28.671
DISPONIBILIDADES		274	476	DEPÓSITOS	14	1.181	12.515
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ	5	250.263	305.200	DEPÓSITOS À VISTA		1.101	1.778
APLICAÇÕES EM DEPÓSITOS INTERFINANCEIROS		250.263	305.200	DEPÓSITOS A PRAZO		80	10.737
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS		364	620	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS		28	44
PAGAMENTOS E RECEBIMENTOS A LIQUIDAR		-	81	RECEBIMENTOS E PAGAMENTOS A LIQUIDAR		-	1
CRÉDITOS VINCULADOS		19	17	CORRESPONDENTES NO PAÍS		28	43
RELAÇÕES COM CORRESPONDENTES		345	522	OUTRAS OBRIGAÇÕES		7.412	16.112
OPERAÇÕES DE CRÉDITO		-	13.735	COBRANÇA E ARRECADAÇÃO DE TRIBUTOS E ASSEMBELHADOS		-	23
SETOR PRIVADO	7	-	28.572	FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS	9.b)	903	1.742
PROVISÃO PARA OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA	8	-	(14.837)	NEGOCIAÇÃO E INTERMEDIAÇÃO DE VALORES		-	3.618
OUTROS CRÉDITOS		640	926	DIVERSAS	9.c)	6.509	10.729
DIVERSOS	9.a)	5.402	5.687	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		234.663	160.093
PROVISÃO PARA OUTROS CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA	8	(4.762)	(4.761)	DEPÓSITOS	14	50.930	56.825
OUTROS VALORES E BENS		40	305	DEPÓSITOS A PRAZO		50.930	56.825
OUTROS VALORES E BENS		29	15	OUTRAS OBRIGAÇÕES		183.733	103.268
DESPESAS ANTECIPADAS	10	11	290	FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS	9.b)	3	2.183
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		98.681	73.884	DIVERSAS	9.c)	183.730	101.085
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	6	53.488	22.888	RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS		-	467
CARTEIRA PRÓPRIA		29.124	5.911	RECEITAS DE EXERCÍCIOS FUTUROS	15	-	467
VINCULADOS A PRESTAÇÃO DE GARANTIAS		24.364	16.977	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		150.486	253.902
OPERAÇÕES DE CRÉDITO		-	10.445	CAPITAL SOCIAL	16.a)	809.579	793.518
SETOR PRIVADO	7	-	12.460	DE DOMICILIADOS NO PAÍS		809.579	793.518
PROVISÃO PARA OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA	8	-	(2.015)	RESERVAS DE CAPITAL	22	996	788
OUTROS CRÉDITOS		45.193	40.443	AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL		3	(18)
DIVERSOS	9.a)	45.193	40.443	PREJUÍZOS ACUMULADOS		(660.092)	(540.386)
OUTROS VALORES E BENS		-	108	TOTAL DO PASSIVO		393.770	443.133
DESPESAS ANTECIPADAS		-	108				
PERMANENTE		43.508	47.987				
INVESTIMENTOS		42.397	44.823				
PARTICIPAÇÕES EM CONTROLADAS NO PAÍS	12	42.379	44.802				
OUTROS INVESTIMENTOS		18	21				
IMOBILIZADO DE USO		1.111	2.771				
OUTRAS IMOBILIZAÇÕES DE USO	13	4.640	19.691				
DEPRECIações ACUMULADAS		(3.529)	(16.920)				
DIFERIDO		-	393				
GASTOS DE ORGANIZAÇÃO E EXPANSÃO		-	674				
AMORTIZAÇÃO ACUMULADA DO DIFERIDO		-	(281)				
TOTAL DO ATIVO		393.770	443.133				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2017 E DE 2016 (em milhares de reais - exceto prejuízo por ação)

	Nota	2017	2016
RECEITAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA		27.288	45.218
Operações de crédito		7.908	15.003
Resultado de títulos e valores mobiliários		17.103	30.215
Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros		2.277	-
DESPESAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA		(1.624)	(17.938)
Operações de captação no mercado		(3.168)	(14.430)
Reversão / (Provisão) para operações de créditos	8	1.544	(3.508)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA		25.664	27.280
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		(133.893)	(31.736)
Receitas de prestação de serviços		190	439
Despesas de pessoal		(21.550)	(21.343)
Outras despesas administrativas	19	(18.466)	(20.222)
Despesas tributárias		(1.203)	(1.740)
Resultado de participação em controladas	12	(2.694)	(5.276)
Outras receitas operacionais	20	11.130	22.421
Outras despesas operacionais	21	(101.300)	(6.015)
RESULTADO OPERACIONAL		(108.229)	(4.456)
RESULTADO NÃO OPERACIONAL		(359)	(414)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O RESULTADO		(108.588)	(4.870)
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		2.183	-
Reversão de passivo fiscal diferido	17	2.183	-
PREJUÍZO DO SEMESTRE		(106.405)	(4.870)
PREJUÍZO DO SEMESTRE POR AÇÃO - em R\$		(85,78)	(4,18)
Número de ações		1.240.445	1.164.144

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2017 E DE 2016 - (em milhares de reais)

	Reservas		Ajuste de Avaliação		Prejuízos Acumulados	TOTAL
	Capital Social	Capital	Patrimonial	Patrimonial		
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015	733.518	933	(2)	(535.516)	198.933	198.933
Aumento de Capital Social homologado pelo Bacen em 12/02/2016	60.000	-	-	-	60.000	60.000
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	(16)	-	(16)	(16)
Plano de pagamento baseado em ações	-	(145)	-	-	(145)	(145)
Prejuízo líquido do semestre	-	-	-	(4.870)	(4.870)	(4.870)
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2016	793.518	788	(18)	(540.386)	253.902	253.902
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	799.579	996	(34)	(553.687)	246.854	246.854
Aumento de Capital Social homologado pelo Bacen em 20/03/2017	10.000	-	-	-	10.000	10.000
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	37	-	37	37
Prejuízo líquido do semestre	-	-	-	(106.405)	(106.405)	(106.405)
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2017	809.579	996	3	(660.092)	150.486	150.486

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2017 E DE 2016 - (Em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco Cacique S.A. ("Banco"), organizado sob a forma de banco múltiplo, está autorizado a operar com as carteiras comercial, de investimento e de crédito e financiamento. Suas operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro, tendo certas operações a co-participação ou a intermediação de instituições associadas, integrantes do Conglomerado Financeiro Societé Générale Brasil. O benefício dos serviços prestados entre essas instituições e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos, segundo critérios de prática e razoabilidade, em conjunto ou individualmente. Os recursos necessários para o financiamento da carteira de crédito do Banco, bem como para a manutenção de suas operações, são garantidos pelo seu acionista controlador. As captações, quando necessárias, vêm sendo feitas através de depósitos interfinanceiros com empresas do grupo, principalmente com o Banco Societé Générale Brasil S.A. Em 03 de fevereiro de 2015, a Administração do Banco Cacique decidiu pelo encerramento de suas operações, deixando de conceder novos empréstimos. O encerramento das operações vem ocorrendo através da liquidação normal dos ativos e passivos, pelos prazos e condições originalmente pactuados, e por eventuais alienações de certos ativos. Em função da natureza das operações e das práticas contábeis aplicáveis às demonstrações financeiras do Banco, não são esperadas diferenças significativas entre o valor contábil dos ativos e passivos e o valor de liquidação caso as demonstrações financeiras fossem elaboradas nessa base de apresentação. Em 01 de agosto de 2016, a Administração do Banco Cacique aprovou a incorporação da Credial Empreendimentos e Serviços Ltda., empresa cindida do Banco Pecúnia, na mesma data. A incorporação foi homologada pelo Banco Central em 12 de setembro de 2016. O acervo cindido, na data de referência, estava composto por:

	Acervo em 31/12/2015	Acervo em 01/08/2016	Variação Patrimonial
Ativos	6.426	6.058	(404)
BNDU	-	33	33
Investimento em controlada (Credial)	6.146	6.025	(121)
Imóveis de uso	316	-	(316)
Passivos	(6.462)	(6.269)	193
Capital Social	(6.061)	(6.061)	-
Reservas de capital - Plano de ações	(221)	(208)	13
Reservas de reavaliação	(180)	-	180
Total	-	(211)	(211)

Em 18 de outubro de 2016 a Credial Empreendimentos e Serviços Ltda. foi incorporada pela Cacique Promotora de Vendas Ltda. Em 27 de junho de 2017, o Banco Cacique anunciou sua decisão de conceder a remissão de dívida para certo número de clientes (pessoas físicas) devedores de sua carteira de operações de crédito, vide nota explicativa nº. 7.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas com observância das disposições emanadas da Lei da Sociedade por Ações, associadas às normas e diretrizes estabelecidas pelo Banco Central do Brasil - BACEN através do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro - COSIF. Embora o Banco esteja em fase de encerramento das operações, as demonstrações financeiras foram elaboradas conforme princípio de continuidade. O Banco passou a publicar a partir de junho de 2015 exclusivamente suas demonstrações financeiras individuais atendendo as normas vigentes. Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade (IFRS) o Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC emitiu pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, porém nem todos homologados pelo BACEN. Desta forma o Banco, na elaboração das demonstrações financeiras, adotou os seguintes pronunciamentos já homologados pelo BACEN, quais sejam: a) CPC 01 - Redução ao valor recuperável de ativos - homologado pela Resolução BACEN n.º 3.566/08; b) CPC 03 - Demonstrações de fluxo de caixa - homologado pela Resolução BACEN n.º 3.604/08; c) CPC 05 - Divulgação de partes relacionadas - homologado pela Resolução BACEN n.º 3.750/09; d) CPC 10 - Pagamento baseado em ações - homologado pela Resolução BACEN n.º 3.989/11; e) CPC 23 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro - homologado pela Resolução BACEN n.º 4.007/11; f) CPC 24 - Evento subsequente - homologado pela Resolução BACEN n.º 3.973/11; g) CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes - homologado pela Resolução BACEN n.º 3.823/09; h) CPC 33 - Benefícios a empregados - homologado pela Resolução BACEN n.º 4.424/15; e i) Pronunciamento Conceitual Básico (R1) - Estrutura conceitual para elaboração e divulgação de relatório contábil-financeiro - homologado pela Resolução BACEN n.º 4.144/12. Atualmente, não é possível estimar quando o BACEN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC e se a utilização dos mesmos será da maneira prospectiva ou retrospectiva. Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pela diretoria e autorizadas a serem divulgadas em 15 de agosto de 2017.

3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) **Apuração do resultado** - As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério "pro rata" dia para aquelas de natureza financeira. As receitas e despesas de natureza financeira são calculadas com base no

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2017 E DE 2016 - (em milhares de reais)

	2017	2016
ATIVIDADES OPERACIONAIS:		
PREJUÍZO DO SEMESTRE	(106.405)	(4.870)
Ajustes inclusos que não afetam o fluxo de caixa:	80.765	5.481
Depreciações e amortizações	621	1.252
(Reversão) / Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(1.434)	3.494
(Reversão) / Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	(110)	14
Provisão / (Reversão) com processos judiciais	81.084	(2.817)
Ajuste ao valor de mercado de títulos e valores mobiliários	37	(16)
Impostos diferidos	(2.183)	-
Resultado de participação em controladas	2.694	5.276
Reversão com participação no resultado	(269)	(1.905)
Plano de pagamento baseado em ações	-	(145)
Baixas por obsolescência	265	240
Perda na venda de imobilizado	60	88
(Prejuízo) / Lucro líquido ajustado	(25.640)	611
Variação de ativos e passivos	3.576	(279.483)
Aumento em títulos e valores mobiliários	(2.933)	(1.413)
Redução / (Aumento) em relações interdependências e interfinanceiras	15	(299)
Redução em operações de crédito	16.949	25.108
Redução em outros créditos	1.251	3.161
Redução em outros valores e bens	250	560
Redução em depósitos	(8.627)	(305.801)
Redução em outras obrigações	(3.221)	(85)
Redução em resultados de exercícios futuros	(108)	(714)
(=) CAIXA LÍQUIDO USADO NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	(22.064)	(278.872)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:		
Alienação de imobilizado de uso	40	32
(=) CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	40	32
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:		
Aumento de Capital Social	10.000	60.000
(=) CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	10.000	60.000
REDUÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(12.024)	(218.840)
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO SEMESTRE	262.561	524.516
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FINAL DO SEMESTRE (nota explicativa n.º 4)	250.537	305.676

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

método exponencial, exceto aquelas relacionadas às operações com o exterior, as quais são calculadas com base no método linear. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são registradas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até as datas dos balanços. b) **Caixa e equivalentes de caixa** - São apresentados por disponibilidades em moeda nacional e estrangeira, aplicações no mercado aberto e aplicações em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. c) **Aplicações interfinanceiras de liquidez** - São registradas ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, deduzidos de provisão para desvalorização, quando aplicável. d) **Títulos e valores mobiliários** - De acordo com o estabelecido pela Circular BACEN nº 3.068, de 8 de novembro de 2001, os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira são classificados em três categorias distintas, de acordo com a intenção da Administração, conforme segue: • Títulos para negociação; • Títulos disponíveis para venda; e • Títulos mantidos até o vencimento. Os títulos classificados como "para negociação" e "disponíveis para venda" são avaliados, nas datas dos balanços, pelo seu valor de mercado e os classificados como "mantidos até o vencimento" são avaliados pelo seu custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços. Os ajustes ao valor de mercado dos títulos classificados "para negociação" são contabilizados em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa, no resultado. Os ajustes ao valor de mercado dos títulos classificados como "disponíveis para venda" são contabilizados em conta destacada do patrimônio líquido denominada "Ajuste avaliação patrimonial", líquidos dos efeitos tributários. e) **Operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa** - As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação e aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do - Banco Central do Brasil - BACEN, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (risco máximo). As rendas das operações de crédito vencidas com atraso igual ou superior a 60 dias, independentemente de seu nível de risco, são reconhecidas como receita somente quando efetivamente recebidas. As operações classificadas como nível H permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial. As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, com o mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas no nível H e os eventuais ganhos provenientes da renegociação são reconhecidos como receita somente quando efetivamente recebidos. f) **Investimentos** - As participações em controladas são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial. Outros investimentos estão registrados ao valor de custo. g) **Imobilizado** - É demonstrado pelo custo de aquisição. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas apresentadas na nota explicativa nº 13 e compatíveis com o tempo estimado de vida útil-econômica dos bens. h) **Diferido** - É demonstrado pelo custo de aquisição ou formação e amortizado pelo método linear pelo prazo de cinco anos ou de vigência dos contratos de aluguel. i) **Valor de recuperação dos ativos** - Os ativos não monetários estão sujeitos à avaliação do valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade da perda dos seus valores. j) **Atualização monetária de direitos e obrigações** - Os direitos e as obrigações, legal ou contratualmente sujeitos à variação cambial ou de índices, são atualizados até as datas dos balanços. As contrapartidas dessas atualizações são refletidas no resultado. k) **Depósitos, captações no mercado aberto e obrigações por empréstimos** - São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até as datas dos balanços, reconhecidos em base "pro rata" dia. l) **Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias** - O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas e obrigações legais são efetuados de acordo com as determinações estabelecidas no Pronunciamento Técnico nº 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovado pela Resolução BACEN nº 3.823/09. • Ativos contingentes - não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos; • Provisões - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança; • Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como

(continuação)

BANCO CACIQUE

SOCIETE GENERALE GROUP

Rua Boa Vista, 254, 10º andar - São Paulo - SP

BANCO CACIQUE S/A

CNPJ Nº 33.349.358/0001-83

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2017 E DE 2016 - (Em milhares de reais)

para riscos, em atendimento às normas do BACEN. **m) Imposto de renda e contribuição social** - A provisão para imposto de renda é constituída com base nos rendimentos tributáveis à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro anual tributável excedente a R\$ 240. A contribuição social apurada sobre o lucro líquido ajustado, na forma da legislação em vigor, é calculada à alíquota de 20%, de acordo com a Lei n.º 13.169 de 06 de outubro de 2015. **n) Pagamento baseado em ações** - O Grupo Societé Générale (França) oferece como parte da remuneração variável da diretoria e funcionários das suas subsidiárias brasileiras planos de pagamentos baseados em ações. Os planos são reconhecidos como despesa pessoal "pro rata" ao período de carência, em contrapartida a reserva de capital no patrimônio líquido para aqueles planos cuja transação seja liquidada em instrumentos patrimoniais ou reconhecido como um passivo caso a liquidação seja efetuada em dinheiro. **o) Lucro / (Prejuízo) por ação** - A divulgação do lucro/ (prejuízo) por ação é apresentado pela divisão do lucro/ (prejuízo) líquido do período pela quantidade total de ações.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2017	2016
Disponibilidades	274	476
Aplicações interfinanceiras de liquidez.....	250.263	305.200
TOTAL	250.537	305.676

5. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

	2017	2016
Aplicações em depósitos interfinanceiros (nota explicativa nº. 18 a) Até 3 meses.....	250.263	305.200
TOTAL	250.263	305.200

O saldo de aplicações em depósitos interfinanceiros refere-se a aplicações em CDI pré junto ao Banco Societé Générale com vencimento em julho de 2017 (julho de 2016, em 2016).

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

a) Composição por categoria, tipo de papel, valor de curva e de mercado

	2017		2016	
	Valor de Mercado	Valor de Curva	Valor de Mercado	Valor de Curva
Títulos e Valores Mobiliários:				
Carteira Própria	29.124	29.121	5.911	5.920
Títulos disponíveis para venda.....	29.124	29.121	5.911	5.920
Letras financeiras do tesouro - LFT.....	29.124	29.121	5.911	5.920
Vinculados a Prestação de Garantias	24.364	24.361	16.977	17.001
Títulos disponíveis para venda.....	24.364	24.361	16.977	17.001
Letras financeiras do tesouro - LFT.....	24.364	24.361	16.977	17.001
TOTAL	53.488	53.482	22.888	22.921

O efeito da marcação a mercado dos títulos classificados na categoria "disponível para venda", ganho no montante de R\$3 (perda de R\$18 em 2016), está registrado no patrimônio líquido na rubrica "ajuste de avaliação patrimonial", líquido dos impostos. O valor de mercado dos títulos públicos foi apurado com base nas taxas médias divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais - ANBIMA. Os títulos públicos estão custodiados no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC.

b) Composição por prazo de vencimento:

	2017	2016
Títulos disponíveis para venda		
Acima de 1 ano.....	53.488	22.888
TOTAL	53.488	22.888

c) Composição por emissor:

	2017	2016
Títulos disponíveis para venda		
Públicos - Governo federal.....	53.488	22.888
TOTAL	53.488	22.888

d) Gerenciamento de riscos e de capital - A avaliação de todos os riscos é parte integrante da tomada de qualquer decisão estratégica no Banco. O processo de gerenciamento de riscos é realizado de forma consolidada no Brasil pelo Banco Societé Générale Brasil S.A. O nível de risco aceitável na condução dos negócios é definido pela Alta Administração do Grupo, em conjunto com a matriz em Paris. Os diferentes tipos de risco são formalmente identificados e permanentemente monitorados por unidades especializadas, independentes das unidades de negócio. Essas unidades garantem que a exposição não ultrapasse os limites e critérios preestabelecidos e reportam a exposição e eventuais excessos à Alta Administração. I. Risco de crédito - o gerenciamento de Risco de Crédito do Grupo é um processo contínuo e evolutivo do mapeamento, da aferição e do diagnóstico dos modelos, dos instrumentos, das políticas e dos procedimentos vigentes, exigindo alto grau de disciplina e controle nas análises relacionadas às operações efetuadas, preservando a integridade e a independência dos processos. As políticas observam cuidados relacionados à análise da capacidade de pagamento do tomador, além de levar em conta parâmetros de concentração, concessão, exigência de garantias e prazos que não comprometam a qualidade esperada da carteira. II. Risco de mercado - o Grupo utiliza metodologias e modelos condizentes com a realidade dos mercados nacional e internacional, permitindo embasar as decisões estratégicas do Grupo com agilidade, transparência e alto grau de confiança. III. Risco de liquidez - O gerenciamento do risco de liquidez tem por objetivo controlar os diferentes descasamentos dos prazos de liquidação de direitos e obrigações. IV. Risco operacional - Conforme a Resolução BACEN nº 3.380, de 29 de junho de 2006, o Grupo identifica e monitora a sua exposição ao risco operacional através de vários instrumentos, compatíveis com a natureza, o volume e a complexidade de suas atividades, sendo eles: i) avaliação de riscos inerentes e controles internos por área, que define o perfil de risco residual por categoria de risco; ii) análise sistemática das perdas operacionais históricas; iii) monitoramento mensal de indicadores de riscos; iv) controles internos permanentes e periódicos com planos de ações corretivas; v) controles de conformidade e de prevenção à lavagem de dinheiro; vi) plano de continuidade de negócios; vii) Comitê de novos produtos; e viii) campanhas de conscientização dos colaboradores. Os resultados deste conjunto de instrumentos são revisados periodicamente por um comitê dedicado, no intuito de tomar as ações mitigantes consideradas necessárias. Para efeito de alocação de capital regulamentar, previsto no art. 1º da Circular nº 3.640, de 04 de março de 2013, e alterada pela circular nº 3.675, de 31 de outubro de 2013, o Conglomerado adotou a Abordagem Padronizada Alternativa Simplificada. A divulgação das informações consolidadas referentes à gestão de riscos, à apuração do montante dos ativos ponderados pelo risco (RWA) e à apuração do Patrimônio de Referência (PR) conforme requerido pela Circular BACEN nº 3.678, de 31 de outubro de 2013, alterada pela circular nº 3.716, de 21 de agosto de 2014, estão disponíveis nos sites da internet do Banco Cacique S.A. e de seu controlador, seção Gestão de Riscos. V. Risco de capital - O Conglomerado realiza a gestão de seu Capital Regulatório de forma descentralizada, ficando cada instituição financeira integrante individualmente responsável pelo respectivo gerenciamento de capital e avaliações de possíveis impactos oriundos dos riscos associados às empresas não financeiras sob sua gestão. A atividade é realizada através de Estruturas de Gerenciamento de Capital individuais, compostas de técnicas, ferramentas, processos e responsabilidades voltadas ao planejamento e monitoração de seu respectivo Capital de acordo com os requerimentos definidos na Política de Gerenciamento de Capital do Conglomerado, prevendo: I - mecanismos para a identificação e avaliação dos riscos relevantes incorridos; II - plano de capital abrangendo o horizonte de três anos; III - simulações de eventos severos e avaliação de seus impactos no capital. O dimensionamento das Estruturas é adequado ao nível de complexidade dos respectivos produtos e operações, sendo a coordenação entre as estruturas realizada através do Comitê de Gestão de Capital, Riscos de Liquidez e Mercado Grupo, que se reúne mensalmente.

7. OPERAÇÕES DE CRÉDITO

a) Tipo de operação

	2017	2016
Crédito direto ao consumidor	-	10
Crédito pessoal próprio	-	12.382
Crédito pessoal consignado em folha - setor público	-	17.248
Crédito pessoal consignado ao beneficiário do INSS	-	7.999
Crédito pessoal com garantia de veículos	-	3.393
Subtotal operações de crédito	-	41.032
Outros créditos (conforme nota explicativa nº 9 a)	4.762	4.761
TOTAL das operações de crédito	4.762	45.793

Conforme mencionado na nota explicativa nº. 1, o Banco Cacique concedeu a remissão de dívida para certo número de clientes (pessoas físicas) devedores residuais de sua carteira de operações de crédito, apurando-se uma despesa de R\$ 12.297 registradas na rubrica "outras despesas operacionais".

b) Composição da carteira por setor de atividade

	2017	2016
Pessoa Física		
Setor Público.....	4.762	22.009
Setor Privado.....	-	23.784
TOTAL	4.762	45.793

c) Composição da carteira por vencimento

	2017	2016
Prazo:		
Carteira vencida à partir de 15 dias	4.762	17.205
Carteira a vencer até 3 meses	-	6.349
Carteira a vencer de 3 a 12 meses	-	9.779
Carteira a vencer de 1 a 3 anos	-	11.391
Carteira a vencer de 3 a 5 anos	-	1.046
Carteira a vencer acima de 5 anos	-	23
TOTAL	4.762	45.793

d) Concentração da carteira de crédito

	2017		2016	
	Valor	% sobre a carteira	Valor	% sobre a carteira
Principal devedor (*).....	1.305	27,40%	1.281	2,80%
10 seguintes maiores devedores (*).....	3.452	72,50%	3.672	8,02%
20 seguintes maiores devedores.....	5	0,10%	1.921	4,19%
50 seguintes maiores devedores.....	-	0,00%	3.069	6,70%
100 seguintes maiores devedores.....	-	0,00%	3.441	7,51%
Demais devedores.....	-	0,00%	32.409	70,78%
TOTAL	4.762	100,00%	45.793	100,00%

(*) Representado, principalmente, por parcelas de crédito pessoal consignado em folha - setor público, não repassadas pelo órgão conveniado.

e) Composição da carteira por nível de risco e provisionamento

Nível	2017				
	Curso Normal	Vencidos	Total	% da Carteira	Provisão
H.....	-	4.762	4.762	100,00%	4.762
TOTAL	-	4.762	4.762	100,00%	4.762
Nível	2016				
	Curso Normal	Vencidos	Total	% da Carteira	Provisão
A.....	21.468	72	21.540	47,04%	109
B.....	716	89	805	1,76%	8
C.....	463	176	639	1,40%	19
D.....	283	153	436	0,95%	44
E.....	316	288	604	1,32%	181
F.....	250	400	650	1,42%	325
G.....	170	469	639	1,40%	447
H.....	4.858	15.622	20.480	44,71%	20.480
TOTAL	28.524	17.269	45.793	100,00%	21.613

Em 2016, as provisões contemplam o arrasto unificado das carteiras de crédito do Banco Cacique e Banco Pecúnia. A descontinuidade do arrasto unificado, deve-se ao fato de em 11 de maio de 2017 o Banco Central do Brasil ter comunicado a aprovação da transferência do controle acionário do Banco Pecúnia S.A. para a OMNI S.A. - Crédito Financiamento e Investimento, em sessão realizada em 03 de maio de 2017. **f) Renegociações** - Em 30 de junho de 2017 não há operações de crédito renegociadas (R\$ 2 em 2016).

8. PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é assim resumida:

	2017	2016
SALDO INICIAL	7.486	56.680
(+) (Reversão) / Provisão constituída	(1.544)	3.508
(-) Baixas contra provisão.....	(1.180)	(38.575)
SALDO FINAL	4.762	21.613

Durante os semestres foram recuperados créditos anteriormente baixados contra provisão para créditos de liquidação duvidosa no montante de:

	2017	2016
Créditos recuperados	6.780	9.831

Em 31 de maio de 2017, o Banco Cacique assinou contrato de cessão de carteira de créditos, sem coobrigação, referente a certos empréstimos e financiamentos baixados anteriormente para prejuízo, cuja efetivação ocorreu nos dias 7 e 8 de junho de 2017. O valor total da cessão foi de R\$ 2.277, registrado na rubrica "operações de venda ou de transferência de ativos financeiros".

9. OUTROS CRÉDITOS E OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) Outros créditos - diversos

	2017	2016
Adiantamentos e antecipações salariais	344	459
Adiantamentos por pagamentos de nossa conta	35	20
Devedores por depósitos em garantia - recursos trabalhistas (nota explicativa nº. 11 c).....	37.811	26.368
Devedores por depósitos em garantia - recursos fiscais (nota explicativa nº. 11 c).....	50	47
Devedores por depósitos em garantia - recursos cíveis (nota explicativa nº. 11 c).....	7.194	7.056
Impostos e contribuições a compensar	138	6.972
Títulos e créditos a receber (nota explicativa nº. 7 a)	4.762	4.761
Devedores diversos - País.....	261	447
TOTAL	50.595	46.130
Curto prazo	5.402	5.687
Longo prazo	45.193	40.443

b) Outras obrigações - fiscais e previdenciárias

	2017	2016
Impostos e contribuições sobre serviços de terceiros.....	37	29
Impostos e contribuições sobre salários	461	542
Imposto sobre serviços	5	4
INSS, IRRF e CIDE a recolher	45	963
CSLL, PIS e COFINS retido de terceiros	69	89
PIS	40	16
COFINS	246	99
Provisão para imposto de renda diferido (nota explicativa nº. 17 c)	2	1.213
Provisão para contribuição social diferida (nota explicativa nº. 17 c)	1	970
TOTAL	906	3.925
Curto prazo	903	1.742
Longo prazo	3	2.183

c) Outras obrigações - diversas

	2017	2016
Cheques administrativos	40	39
Provisão para pagamentos a efetuar - Fornecedores	3.205	2.517
Provisão para pagamentos a efetuar - Despesas de Pessoal.....	2.828	3.225
Provisão com Processos trabalhistas (nota explicativa nº. 11 b)	170.329	86.848
Provisão com Processos cíveis (nota explicativa nº. 11 b)	12.236	13.139
Provisão para pagamentos a efetuar - SG Paris (nota explicativa nº. 18 a).....	-	43
Valores a pagar a sociedades ligadas (nota explicativa nº. 18 a).....	103	2.208
Recebimentos a processar.....	333	2.373
Obrigações com cessionários	-	15
Credeiros diversos no País - demais.....	-	309
Provisão para riscos fiscais (nota explicativa nº. 11 b).....	1.165	1.098
TOTAL	190.239	111.814
Curto prazo	6.509	10.729
Longo prazo	183.730	101.085

10. DESPESAS ANTECIPADAS

	2017	2016
Vale transporte	10	14
Assistência médica e odontológica	-	107
Despesas com encargos contratuais	1	1
Despesas com comissões a diferir (*)	-	276
TOTAL	11	398
Curto prazo	11	290
Longo prazo	-	108

(*) Composto por "despesas com comissões sobre a intermediação de operações", cujo método de apropriação é de acordo com os prazos originais dos contratos de operações de crédito.

11. ATIVOS CONTINGENTES, PROVISÕES PARA RISCOS E OBRIGAÇÕES LEGAIS

O Banco é parte integrante em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, cível e trabalhista, decorrentes do curso normal de suas atividades. As provisões foram constituídas com base na natureza, na complexidade e no histórico das ações e na avaliação de perda do Banco com base nas opiniões dos assessores jurídicos internos e externos. O Banco tem por política provisionar integralmente o valor das ações cuja avaliação é de perda provável. As obrigações legais de natureza fiscal e previdenciária têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras. A Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para atender eventuais perdas decorrentes de processos judiciais. **a) Ativos contingentes** - Em 30 de junho de 2017 e de 2016, não foram reconhecidos ativos contingentes, tampouco existem processos classificados como prováveis de realização.

b) Saldos patrimoniais das provisões com processos judiciais e administrativos e obrigações legais por natureza

	2017	2016
Provisões para riscos fiscais (*).....	1.165	1.098
Provisões para riscos trabalhistas (*).....	170.329	86.848
Provisões para riscos cíveis (*).....	12.236	13.139
TOTAL	183.730	101.085

(*) nota explicativa nº. 9 c

c) Movimentação das provisões com processos judiciais e administrativos e obrigações legais

	2017			2016		
	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis
Saldo inicial	1.134	88.439	13.073	5.441	82.090	16.371
Constituição (1).....	31	84.098	539	30	5.559	-
Reversão de provisão (2)	-	(2.208)	(1.376)	(4.373)	(801)	(3.232)
Saldo final	1.165	170.329	12.236	1.098	86.848	13.139

Depósitos em garantia - outros créditos (3).

	2017	2016
(1) nota explicativa nº. 21	50	37.811
(2) nota explicativa nº. 20	-	7.194
(3) nota explicativa nº. 9 a	-	47
TOTAL	50	47.052

d) O detalhamento das provisões, obrigações legais e dos riscos por probabilidade de perda em 30 de junho de 2017 e de 2016 é o seguinte:

Perdas	2017					
	Obrigações legais, fiscais e previdenciárias					

(continuação)

BANCO CACIQUE

SOCIÉTÉ GÉNÉRALE GROUP

Rua Boa Vista, 254, 10º andar - São Paulo - SP

BANCO CACIQUE S/A

CNPJ Nº 33.349.358/0001-83

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2017 E DE 2016 - (Em milhares de reais)

12. INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS

	2017		
	CACIQUE PROMOTORA DE VENDAS LTDA.	COBRACRED COBRANÇA ESPECIALIZADA LTDA.	TOTAL
Informações das controladas:			
Capital social	102.397	12.100	
Quantidade de cotas	129.464	121.000	
Porcentagem da participação	99,9992%	0,1000%	
Patrimônio líquido em 30/06/2017	42.372	6.570	
Prejuízo do semestre	(2.693)	(1.297)	
Movimentação dos investimentos:			
Saldos em 31 de dezembro de 2016	45.065	8	45.073
Resultado de equivalência patrimonial	(2.693)	(1)	(2.694)
Saldos em 30 de junho de 2017	42.372	7	42.379
2016			
Informações das controladas:			
Capital social	96.046	12.100	
Quantidade de cotas	121.434	121.000	
Porcentagem da participação	99,9991%	0,1000%	
Patrimônio líquido em 30/06/2016	44.792	9.693	
Prejuízo do semestre	(5.276)	(749)	
Movimentação dos investimentos:			
Saldos em 31 de dezembro de 2015	50.068	10	50.078
Resultado de equivalência patrimonial	(5.276)	-	(5.276)
Saldos em 30 de junho de 2016	44.792	10	44.802

13. IMOBILIZADO

	2017			2016		
	Taxa anual de depreciação	Depreciação acumulada	Valor líquido	Taxa anual de depreciação	Depreciação acumulada	Valor líquido
Instalações	10%	-	403	(397)	6	
Móveis, máquinas e equipamentos de uso	10%	465	(304)	161	514	204
Sistemas de comunicação	10%	142	(97)	45	131	47
Sistemas de processamento de dados	20%	3.349	(2.705)	644	18.642	2.514
Sistemas de segurança	10%	-	-	1	(1)	-
Terrenos	-	3	-	3	-	-
Beneficentária em imóveis de terceiros	20%	681	(423)	258	-	-
Total		4.640	(3.529)	1.111	19.691	(16.920)

14. DEPÓSITOS

	2017		2016	
	Depósitos a vista	Depósitos a prazo	Depósitos a vista	Depósitos a prazo
Sem vencimento	1.101	-	1.778	-
Até 3 meses	-	-	-	400
De 3 meses a 1 ano	-	80	-	10.337
De 1 a 3 anos	-	50.930	-	56.825
Total	1.101	51.010	1.778	67.562

15. RESULTADO DE EXERCÍCIOS FUTUROS

Em 2016, representava as rendas oriundas de equalização de taxas de financiamento a lojistas, as quais são apropriadas pelo prazo contratual, bem como as comissões de abertura de crédito financiadas, que também seguem a mesma forma de apropriação.

16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social - Em 30 de junho de 2017 o capital social, totalmente subscrito e integralizado, no montante de R\$ 809.579 (793.518 em 2016), estava representado por 1.240.445 (1.164.144 em 2016) ações ordinárias, sem valor nominal. Em 13 de março de 2017, houve aumento de capital de R\$ 10.000, mediante emissão de 49.053 novas ações ordinárias nominativas, passando o capital a ser de R\$ 809.579 e o total de 1.240.445 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Este aumento foi homologado pelo Banco Central em 20 de março de 2017. Em 01 de agosto de 2016, houve a Cisão Parcial do Banco Pecúnia, com versão da parcela cindida para o Banco Cacique S.A., que teve o capital social aumentado em R\$ 6.061, líquido dos valores da reserva de capital e reserva de reavaliação, com emissão de 27.248 ações ordinárias nominativas, passando o capital a ser de R\$ 799.579 e o total de 1.191.392 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Este aumento foi homologado pelo Banco Central em 12 de setembro de 2016. Em 02 de fevereiro de 2016, houve aumento de capital de R\$ 60.000, mediante emissão de 269.760 novas ações ordinárias nominativas, passando o capital a ser de R\$ 793.518 e o total de 1.164.144 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Este aumento foi homologado pelo Banco Central em 12 de fevereiro de 2016. **b) Distribuição de lucros** - Aos acionistas são assegurados 25% como dividendos mínimos obrigatórios, calculados sobre o lucro líquido anual, de acordo com a legislação societária. **c) Reserva de Capital** - Representa plano de pagamento baseado em ações conforme demonstrado na nota explicativa nº 22. **d) Reserva Legal** - Constituída à razão de 5% do lucro líquido do exercício, limitada a 20% do Capital Social. Devido ao prejuízo apurado, o Banco não destinou parte do resultado do semestre para reserva legal.

17. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Composição do Crédito Tributário - Em 30 de junho de 2017 e de 2016 não havia crédito tributário contabilizado no Banco Cacique.

b) Os encargos com imposto de renda e contribuição social estão assim demonstrados:

	IMPOSTO DE RENDA		CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	
	2017	2016	2017	2016
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição Social, líquido de participação estatutária	(108.588)	(4.870)	(108.588)	(4.870)
Alíquota vigente	25%	25%	20%	20%
IRPJ / CSLL de acordo com a alíquota vigente	27.147	1.219	21.717	974
Efeito do IRPJ e CSLL sobre as diferenças temporárias	(13.621)	16.894	(10.896)	13.515
Efeito do IRPJ e CSLL sobre as diferenças permanentes	(3.970)	(1.423)	(3.176)	(1.138)
Compensação / (Constituição) de Prejuízo Fiscal	(9.556)	(16.690)	(7.645)	(13.351)
Despesa de IRPJ e CSLL	-	-	-	-
Crédito Tributário não constituído no período devido a Res 3.059/BACEN	(23.177)	204	(18.541)	164

Não estão contabilizados créditos tributários de imposto de renda e de contribuição social, no montante total de R\$ 403.147 (R\$ 400.362 em 2016), sendo R\$ 303.809 (R\$ 299.029 em 2016) de prejuízo fiscal e R\$ 99.338 (R\$ 101.333 em 2016) de diferenças temporárias, em razão da incerteza quanto a sua realização. Os benefícios do imposto de renda e da contribuição social serão reconhecidos quando efetivamente realizados ou quando as perspectivas para sua recuperação se tornarem factíveis, de acordo com as regras estabelecidas na Resolução nº 3.059 do BACEN. Em 21 de maio de 2015, foi publicada a Medida Provisória nº 675 (MP 675/15), convertida na lei 13.169 em 06 de outubro de 2015, que elevou a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL dos setores financeiro e segurador de 15% para 20% do lucro tributável, a partir de 1º de setembro de 2015, até o ano de 2018.

c) Movimentação do imposto de renda e da contribuição social diferida passiva sobre as diferenças temporárias:

	IMPOSTO DE RENDA		CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	
	2017	2016	2017	2016
Saldo inicial	(1.213)	(1.213)	(970)	(970)
Realizações	1.213	-	970	-
Constituição	(2)	-	(1)	-
Saldo final (nota explicativa nº 9.b)	(2)	(1.213)	(1)	(970)

18. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) As transações com partes relacionadas estão assim resumidas:

	Ativos/(Passivos)		Receitas/(Despesas)	
	2017	2016	2017	2016
Cobracred Cobrança Especializada Ltda.				
Depósitos a vista	(126)	(171)	-	-
Depósitos a prazo	(9.223)	(10.006)	(548)	(723)
Valores a pagar a sociedades ligadas	(103)	(103)	(578)	(916)
Cacique Promotora de Vendas Ltda.				
Depósitos a vista	(450)	(884)	-	-
Depósitos a prazo	(41.707)	(39.726)	(2.572)	(3.180)
Banco Société Générale Brasil S.A.				
Aplicações em depósitos interfinanceiros	250.263	305.200	14.238	28.511
Captações em depósitos interfinanceiros	-	-	-	(9.490)
Banco Société Générale Corporate & Investment Bank (Paris)				
Provisão para pagamentos a efetuar	-	(43)	-	-
Banco Pecúnia S.A.				
Depósitos a vista	-	(37)	-	-
Aplicações em depósitos interfinanceiros	-	-	-	4
Valores a receber de sociedades ligadas	-	-	3.941	10.626
Valores a pagar a sociedades ligadas	-	(2.105)	-	-
Credial Empreendimentos e Serviços Ltda				
Depósitos a vista	-	(31)	-	-
Depósitos a prazo	-	(17.362)	-	(951)
Resumo por conta:				
Aplicações em depósitos interfinanceiros (nota explicativa nº 5)	250.263	305.200	14.238	28.511
Valores a receber de sociedades ligadas (nota explicativa nº 9.a)	-	-	3.941	10.626
Depósitos a vista	(576)	(1.123)	-	-
Depósitos a prazo	(50.930)	(67.094)	(3.120)	(4.854)
Captações em depósitos interfinanceiros	-	-	-	(9.490)
Provisão para pagamentos a efetuar (nota explicativa nº 9.c e 19)	-	(43)	-	-
Valores a pagar a sociedades ligadas (nota explicativa nº 9.c e 19)	(103)	(2.208)	(578)	(916)

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração: O montante pago a título de remuneração dos Diretores no 1º semestre de 2017 foi de R\$ 1.917 (R\$ 2.283 em 2016). Não existe plano de benefícios definido de longo prazo.

Composição do montante pago aos Diretores:

	2017	2016
Proventos	1.506	1.803
Encargos patronais (INSS - FGTS)	411	480
Total	1.917	2.283

c) Até 31/05/2017, o Banco Pecúnia efetuava o ressarcimento ao Banco Cacique referente a estrutura administrativa compartilhada. No 1º semestre de 2017 o montante de R\$3.941 foi reconhecido como receita a título de ressarcimento (R\$10.626 em 2016). **Outras informações:** I - Conforme legislação em vigor, o Banco não concede empréstimos ou adiantamento para: **a)** Diretores e membros dos conselhos consultivos ou administrativo, fiscais e semelhantes, bem como aos

respectivos cônjuges e parentes até 2.º grau; **b)** Pessoa físicas ou jurídicas que participem do capital, com mais de 10%; e **c)** Pessoas jurídicas de cujo capital participem com mais de 10%, o próprio Banco, quaisquer diretores ou administradores, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2.º grau. Dessa forma, não são efetuados pelo Banco empréstimos ou adiantamentos a qualquer subsidiária, membros do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva e seus familiares. II - Participação acionária: A participação acionária no Banco, em 30 de junho 2017 e de 2016, estava assim representada:

	2017	2016
Banco Société Générale Brasil S.A. (Ações ordinárias)	1.240.445	1.164.144
Total	1.240.445	1.164.144

19. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2017	2016
Despesas de água, energia e gás	(92)	(60)
Despesas de alugueis	(724)	(467)
Despesas de arrendamento	-	(56)
Despesas de comunicações	(384)	(338)
Despesas com contribuições filantrópicas	(30)	(30)
Despesas de manutenção e conservação de bens	(238)	(201)
Despesas de material	(43)	(48)
Despesas de processamento de dados	(6.102)	(6.291)
Despesas com promoções e relações públicas	(1)	(2)
Despesas de publicações	(78)	(79)
Despesas de seguros	(84)	(260)
Despesas com serviços do sistema financeiro	(149)	(308)
Despesas de serviços de terceiros	(571)	(247)
Despesas de serviços de vigilância e segurança	(1)	(3)
Despesas com informações cadastrais - PF e PJ	(215)	(161)
Despesas de serviços de promoções de vendas - Não ligadas	(150)	(310)
Despesas de serviços de cobrança - Sociedade Ligada (Nota explicativa nº 18 a)	(578)	(916)
Despesas de serviços de cobrança - Não ligadas	(3.015)	(4.266)
Despesas de serviços de consultoria/assessoria	(547)	(756)
Despesas de serviços de assessoria jurídica	(1.766)	(1.645)
Despesas de transporte	(97)	(182)
Despesas de viagem no país	(96)	(114)
Despesas de depreciação e amortização	(621)	(1.252)
Despesas com indenizações civis	(2.560)	(1.880)
Outras despesas administrativas	(324)	(350)
Total	(18.466)	(20.222)

20. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	2017	2016
Recuperação de encargos e despesas	939	452
Receita com ressarcimento de estrutura compartilhada (Nota explicativa nº 18 a)	3.941	10.626
Variações monetárias e cambiais ativas	184	242
Receitas com encargos contratuais-inadimplência	-	250
Reversão de provisão com processos trabalhistas (Nota explicativa nº 11 c)	2.208	801
Reversão de provisão com processos civis (Nota explicativa nº 11 c)	1.376	3.322
Reversão de provisão com processos fiscais (Nota explicativa nº 11 c)	-	4.373
Receita custo originação - portabilidade	11	130
Reversão de provisão de despesas operacionais	339	523
Reversão de provisão de plano de pagamento baseado em ações	-	145
Outras receitas	2.132	1.647
Total	11.130	22.421

21. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	2017	2016
Descontos concedidos	(12.969)	(328)
Despesas com fraudes	(50)	(27)
Despesas com provisões com processos trabalhistas (Nota explicativa nº 11 c)	(84.098)	(5.559)
Despesas com provisões com processos civis (Nota explicativa nº 11 c)	(539)	-
Despesas com provisões com processos fiscais e previdenciários (Nota explicativa nº 11 c)	(31)	(30)
IOC bancado sobre operações	-	(1)
Outras despesas	(3.613)	(70)
Total	(101.300)	(6.015)

22. PAGAMENTO BASEADO EM AÇÕES

O Grupo Société Générale (França) ofereceu como parte da remuneração variável da diretoria e funcionários das suas subsidiárias brasileiras (Banco Cacique S.A. e subsidiárias) planos de pagamentos baseados em ações. Apresentamos a seguir os planos de pagamentos baseados em ações que estavam vigentes até 31 de março de 2016. Os planos de ações livres e diferidas foram liquidados com entrega de ações do Société Générale (França). I - Plano de ações livres. Visando o sucesso do programa "Ambition SG 2015", em reunião realizada em 02 de novembro de 2010, o Conselho de Diretores do Grupo Société Générale designou os beneficiários do Plano de Ações livres dentro do grupo de funcionários e executivos corporativos do Grupo Société Générale e empresas afiliadas. Nessa distribuição, 71.760 ações foram alocadas aos 1.794 funcionários do Banco Cacique e subsidiárias. O plano estava dividido em dois grupos, sendo o primeiro representado por 40% das ações condicionadas ao cumprimento de permanência no grupo em 31 de março de 2015 com a condição de performance na qual o Grupo Société Générale apresentasse resultado líquido positivo em 2012. O segundo grupo, 60% das ações remanescentes, estava condicionado à permanência no grupo em 31 de março de 2016 com a condição de que a satisfação dos clientes aumentasse entre 2010 e 2013 nas três linhas de negócios (operações França, Banco de varejo e Corporate Banking). O Société Générale considerou na avaliação da quantidade de ações a serem empossadas "turn-over" de 17,61% ao ano. O valor justo unitário das ações foi de 34,55 Euros e 33,15 Euros respectivamente para o grupo 1 e grupo 2, calculados adotando o método de arbitragem. II - Plano de ações diferidas - Em reunião realizada em 09 de março de 2010, o Conselho de Diretores do Grupo Société Générale designou os beneficiários do Plano de Ações Diferidas dentro do grupo de funcionários e executivos corporativos do Banco Société Générale e empresas afiliadas. Nessa distribuição, 2.427 ações foram alocadas aos funcionários do Banco Cacique. A outorga das ações estavam condicionadas ao cumprimento de permanência no grupo e, adicionalmente, sujeita às condições de performance. Sendo que 50% das ações seriam outorgadas caso o beneficiário estivesse no grupo em 31 de março de 2014. A posse dos outros 50% dependiam do nível de performance do grupo, baseando-se em dois critérios, sendo: (i) caso o retorno sobre o capital (ROE - "Return on Equity") do Grupo Société Générale fosse igual ou maior que 15%, 100% das ações sujeitas a condição de performance seriam empossadas; Caso o ROE ficasse entre 10% e 15%, as ações seriam empossadas de acordo com a seguinte fórmula 10 x (ROE% - 5%), por exemplo se o ROE fosse de 10%, apenas 50% das ações seriam empossadas. (ii) o segundo critério se aplicava caso o ROE fosse inferior a 10%, possibilitando a outorga de no máximo 50% das ações e seria mensurado pelo "Total de retorno de Acionista" (TSR) o qual seria comparado a uma amostra de 11 empresas similares, representados por: Barclays, BBVA, BNP, CASA, Credit Suisse, Deutsche Bank, HSBC, Intesa, Santander, Standard Chartered e UCI. Se o Grupo Société Générale ficasse entre os três primeiros colocados no ranking TSR seriam empossadas 50% das ações; se o SG ficasse entre a 4ª e 6ª, seriam outorgadas 25% das ações e caso ficasse após a sexta posição nenhuma ação seria empossada. As ações condicionadas a performance foram canceladas face as condições não terem sido cumpridas e as ações condicionadas ao cumprimento de permanência foram totalmente outorgadas em 31 de março de 2014. O Société Générale considerou para cálculo um "turn-over" de 17,61% ao ano. O valor justo unitário das ações, calculados adotando o método de arbitragem, foi de 34,82 Euros por ação. III - Fidelity Bonus Scheme - O Fidelity Bonus Scheme enquadrava-se na política de remuneração variável do Banco, sendo aplicada em particular para aqueles diretores que possuíam atividades com possível impacto significativo no perfil de risco das instituições do conglomerado. O plano foi outorgado em março de 2013 e liquidado em caixa em outubro de cada ano, sendo a primeira liquidação em 2013 e a última em 2016, condicionadas ao cumprimento de permanência. O plano não requeria condições de desempenho para o seu exercício. A remuneração variável diferida no tempo foi apurada em unidades de referência, denominadas UNIR, e utiliza como base a diferença entre o preço das ações do Société Générale (França) na data da outorga e a média do preço de fechamento dos últimos 20 pregões precedentes a 14 de março de 2013. Qualquer dividendo pago no período de carência aumentou o valor final a ser pago aos funcionários. Em 30 de junho de 2017 e de 2016 o plano não possui beneficiários. A seguir, demonstramos os valores reconhecidos no resultado do semestre findo em 30 de junho de 2016, na rubrica de despesa com pessoal contra a conta do grupo do patrimônio líquido de reserva de capital e passivo, na rubrica "Outras Obrigações Diversas":

	Plano de Ações livres	Plano de Ações diferidas	Total Patrimônio Líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2015	841	92	933
Reversão/Canceladas	(145)	-	(145)
Saldo em 30 de junho de 2016	696	92	788
Saldo em 31 de dezembro de 2016	863	133	996
Saldo em 30 de junho de 2017	863	133	996

Em 31 de março de 2015 o valor de R\$ 318, referente a 2.672 ações do Plano de Ações livres, tiveram seu período de carência cumprido referente a condição de permanência. Em 2015 foram canceladas 9.840 ações em função de não atenderem a condições de permanência. Em 31 de março de 2016 o valor de R\$ 377, referente a 2.808 ações do Plano de Ações livres, tiveram seu período de carência cumprido referente a condição de permanência. No primeiro semestre de 2016 foram canceladas 1.080 ações em função de não atenderem a condições de permanência. Em 01 de agosto de 2016, 1.336 ações referentes ao Plano de ações livres, no montante de R\$ 167 e 440 ações referentes ao Plano de ações diferidas, no montante de R\$ 41, foram cindidas do Banco Pecúnia e incorporadas ao Banco Cacique (vide nota explicativa nº. 1).

23. OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Desde 1.º de janeiro de 1995, as instituições financeiras devem manter patrimônio líquido compatível com o grau de risco de seus ativos ponderados por padrões definidos na Resolução nº. 2099/94 e legislações complementares. A apuração deste índice é feita de

(continuação)

BANCO CACIQUE

SOCIETE GENERALE GROUP

BANCO CACIQUE S/A

Rua Boa Vista, 254, 10º andar - São Paulo - SP

CNPJ Nº 33.349.358/0001-83

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Suspensão da realização de novas operações de crédito - Conforme mencionado na nota explicativa 1, a Administração do Banco Cacique S.A., suspendeu a realização de novas operações de crédito em função da decisão anunciada pelo controlador de encerrar as operações do Banco, a partir de 3 de fevereiro de 2015. Também conforme nota explicativa 1, em função da natureza das operações e das práticas contábeis aplicáveis às demonstrações financeiras do Banco, não são esperadas diferenças significativas entre o valor contábil dos ativos e passivos e o valor de liquidação caso as demonstrações financeiras fossem elaboradas nessa base de apresentação. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor - A Administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras - A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do Banco de continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras - Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da

auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.



ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6

São Paulo, 15 de agosto de 2017.

Flávio Serpejante Peppe
Contador CRC- 1SP172167/O-6

DIRETORIA

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

CONTADOR

Sonia Maria de Oliveira - CRC - 1SP183151/O-4